

**Entre duas memórias: um estudo sobre limites e possibilidades
para uma política cultural voltada à integração no MERCOSUL a
partir do caso brasileiro**

RITA MATOS COITINHO
ritamcoitinho@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E INSTITUTO
BRASILEIRO DE MUSEUS /MINISTÉRIO DA CULTURA.
Brasil

Resumo

“Não há cultura onde não há memória. Por sua vez, não há memória sem identidade. A memória é então o eixo ontológico da personalidade individual ou coletiva: a memória traduz os estados sociais da cultura grupal, nacional ou internacional” (BAÉZ, 2010). Partindo desta reflexão e das categorias identidade, memória e hegemonia, o artigo discute o estágio atual das políticas estatais brasileiras para o patrimônio cultural e memória e suas deficiências tanto para a promoção de uma “memória histórica nacional” quanto para a de uma identidade sul americana. A pergunta que nos propomos a responder é: qual o lugar da memória e do patrimônio cultural na construção de um regionalismo que supere as amarras do mercado? O Brasil construiu, desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos anos 1940, uma política de registro e salvaguarda do patrimônio material que obteve relativo sucesso em preservar resquícios das diversas épocas da construção da sociedade brasileira. Na primeira década do século XXI a política de preservação da memória foi ampliada para a dimensão “imaterial”, passando-se ao registro dos costumes e práticas considerados constitutivos da identidade nacional. No entanto o Brasil parece ter fracassado em promover a apropriação, por seu próprio povo, desse patrimônio, que não raro é visto pela população brasileira apenas como algo familiar, porém distante. As referências culturais dominantes continuam sendo maciçamente importadas dos países centrais e o Brasil parece continuar padecendo daquilo que Schwarz referiu-se como um "torcicolo cultural". A formação das instituições brasileiras de salvaguarda do patrimônio deu-se na esteira dos debates introduzidos pelo movimento modernista, que ansiava pelo encontro de uma “identidade nacional”. Passadas sete décadas da criação do SPHAN é de se notar que, a despeito de todos os avanços em outras áreas (principalmente infraestrutura e comércio), o Brasil não reorientou sua política de preservação e construção da memória para a afirmação de uma identidade continental ao mesmo tempo em que são ainda incipientes os resultados das políticas de patrimônio e memória no que tange à sua penetração no sistema educacional. O artigo mostra, por meio da análise dos documentos produzidos pelas instituições nacionais voltadas à memória e ao patrimônio, que praticamente não há menção a uma identidade sul americana, ainda que a partir dos anos 2000 o Brasil tenha apoiado iniciativas no âmbito cultural no MERCOSUL. O artigo passa a refletir sobre o potencial de uma política concertada

entre Brasil e países dos MERCOSUL para a promoção da memória comum na formação de laços identitários entre os países do continente e propõe, a partir da vivência participante no processo de construção do Plano Nacional de Cultura e da Política Nacional de Educação Museal, algumas linhas gerais de atuação conjunta, como a construção de centros de memória compartilhados, políticas de apoio à produção cultural e bases curriculares comuns que possam auxiliar os estudantes dos países mercosulinos a apropriar-se de nossa memória comum, processo aqui entendido como condição necessária à consolidação de uma integração para além dos limites do mercado.

Palavras-chave: Memória; Cultura; MERCOSUL

Abstract

“There is no culture where there is no memory. In the same way, memory doesn't exist without identity. Memory is the ontological pivot of individual and collective personality: it shows the social states of collective, national and international culture” (BAÉZ, 2010). Based on this theoretical proposal and the concepts of identity, memory, and hegemony, the article discusses the actual situation of Brazilian policies to cultural patrimony and memory, and also its failures to promote “national historical memory” and a South-American identity. The question that this article aims to answer is: what is the place of memory and cultural patrimony in the construction of a regionalism that can exceed the market moorings? Since the creation of the National Historical and Artistic Patrimony Service in the 1940s, Brazil has built a policy of recording and safeguarding material assets that has been relatively successful in preserving the remnants of the various eras of Brazilian society. In the first decade of the twenty-first century, the policy of preserving memory was extended to the intangible dimension, passing to the registry of customs and practices considered as constituents of national identity. However, Brazil seems to have failed to promote the appropriation by its own people of this patrimony, which is often seen by the Brazilian population only as something familiar, but distant. Dominant cultural references continue to be massively imported from central European and North American countries, and Brazil seems to continue to suffer from what Schwarz referred to as a “cultural torticollis.” The formation of the Brazilian institutions to safeguard its patrimony took place in the wake of the debates introduced by the modernist movement, which longed for a “national identity”. Seven decades after the

creation of SPHAN, it is worth noting that, despite all the advances in other areas (mainly infrastructure and commerce), Brazil has not reoriented its policy of preservation and memory construction to affirm a continental identity to it. At the same time, results of patrimony and memory policies regarding their penetration into the educational system are still incipient. The article shows, through the analysis of the documents produced by national institutions focused on memory and heritage, that there is practically no mention of a South American identity, although from the 2000s Brazil supported cultural initiatives in MERCOSUR. The article reflects on the potential for a concerted policy between Brazil and MERCOSUR countries to promote common memory in the formation of identity ties between the countries of the continent and proposes, based on the participants experience in the process of construction of the National Plan of Culture and the National Policy of Museal Education, some general lines of joint action, such as the construction of shared memory centers, policies to support cultural production and common curricula that can help students in Mercosur countries take ownership of our common memory understanding, a process understood as a necessary condition for consolidating integration beyond market boundaries.

Key words: Memory; Culture; MERCOSUL

Introdução

Em 1995, momento em que o Mercosul recém despontava na agenda política dos países do “Cone Sul” (sem o Chile), o uruguaio Hugo Achugar preocupava-se com algo como uma “política cultural” no e para o acordo assinado em 1991 por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Seu artigo sobre o tema iniciava-se com a proposta de Simón Rodríguez, o preceptor de Simón Bolívar: “ou inventamos ou erramos”, a qual o próprio Achugar propôs uma atualização: “inventamos, integramos ou erramos”. Para o professor da universidade de Montevideo, a integração pressupunha uma alta dose de invenção, não apenas em termos políticos e econômicos, mas também culturais e trazia consigo uma série de desafios às identidades locais e regionais.

Passados 22 anos do artigo de Achugar parece, no entanto, que pouco avançamos nas questões relativas à cultura, para além, talvez, de algum esforço mais consistente na área do audiovisual, que conta com acordos específicos, um fundo, um fórum de discussão (reunião especializada) e um lugar no organograma do Mercosul (a RECAM). Há acordos na área de formação de docentes e de integração universitária, uma Universidade da Integração Latinoamericana (UNILA), localizada em Foz do Iguaçu (e ameaçada de ser fechada pelo atual governo brasileiro) e mais um punhado de documentos, que são muito mais cartas de intenções genéricas do que ações efetivas – ações que, de alguma maneira, modificam a maneira pela qual reconhecemo-nos dentro desta nova totalidade chamada Mercosul.

Como o próprio Achugar adiantou em seu artigo, essa “identidade” mercosulina é mais dramática para uns do que para outros. Ela talvez atinja com mais força Montevideo, a fronteira oeste do Brasil com a Argentina, a região entre Assunção e Foz do Iguaçu e o eixo Buenos Aires-São Paulo do que, certamente, a Amazônia, o Nordeste brasileiro e o sul da Argentina. Em termos industriais e de escoamento da produção, o eixo São Paulo-Buenos Aires é o grande interessado, enquanto outros setores ressentem-se de não receber a devida atenção. A questão da livre circulação dos cidadãos mercosulinos também apresentou certo avanço, especialmente no recente acordo entre Brasil e Uruguai, mas não ocorre na mesma velocidade entre os demais membros do bloco. E ainda temos a questão da Venezuela, cuja entrada efetiva foi barrada recentemente por razões geopolíticas – a partir de uma concertação entre os governos pró-Washington do Brasil, da Argentina e do Paraguai - lançando-se mão de argumentos burocráticos. A Venezuela é um grande comprador de alimentos e poderia trazer grandes ganhos comerciais aos

demais membros do Mercosul, todos os quatro grandes produtores de grãos, laticínios, carnes e frutas. Como país amazônico e caribenho, apresenta grande potencial de cooperação com o Brasil na área de florestas, biodiversidade, uso dos rios e dos recursos marítimos e, para o tema que mais nos interessa, possibilidades efetivas de aproximação e intercâmbio cultural, tanto na produção artística quando em relação aos usos tradicionais da floresta. Além disso, a Venezuela é a articuladora central, junto com Cuba, da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), é membro ativo da UNASUL e da CELAC, sendo grande incentivadora dos acordos em área militar e de defesa – no âmbito do Conselho de Defesa da UNASUL, sediado no Equador – sendo, portanto, ator chave para a viabilização de uma integração mais ampla – em número de países e em temáticas - do continente.

Porém, na medida em que o Mercosul, passados 25 anos do seu marco inicial, não foi apropriado, em termos afetivos, pelas populações dos Estados que o compõem, as decisões sobre seus rumos seguem sendo tomadas nos gabinetes das chancelarias dos países, com poucos e ineficientes debates do Parlasul – para o qual até hoje não há eleições diretas no Brasil e no Uruguai – e nos congressos nacionais de cada país membro. Os diversos grupos de trabalho temáticos, o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), os acordos de área etc. ocupam a agenda de segundo plano, uma vez o bloco mantém-se como acordo prioritariamente comercial, o debate central segue sendo em torno da Tarifa Externa Comum (TEC), das listas de exceções e dos acordos comerciais extrabloco. Se os mercados vão bem, há euforia em torno do Mercosul e retomada de eventos e reuniões temáticas. Quando as economias regionais declinam, o bloco volta ao segundo plano ou, como temos observado após as mudanças de governos no Brasil, no Paraguai e na Argentina, passa a ser sistematicamente esvaziado.

Não há muitas estatísticas disponíveis procurando mensurar como o Mercosul se apresenta no imaginário das populações dos países do bloco. Conseguimos retirar do Latinobarômetro e do *World Values Survey* alguns levantamentos gerais sobre “confiança” no Mercosul e sobre o conhecimento dos entrevistados a seu respeito. A tabela 01, elaborada com dados de 2015 do Latinobarômetro, traz o percentual de respostas positivas e negativas à questão relativa à quais instituições internacionais os entrevistados conhecem. Em relação ao Mercosul, o percentual de pessoas que declararam conhecer o bloco é superior a 50% em todos os países, porém salta aos olhos

a diferença desse percentual entre o Brasil (55% afirma conhecer o Mercosul) e os demais membros do bloco, dentre os quais o Uruguai desponta com 83,4% de respostas positivas.

Tabela 01



Instituciones que conoce: MERCOSUR / 2015

	TOTAL (%)	País del estudio			
		Argentina	Brazil	Paraguay	Uruguay
No conoce	28,3	27,9	45	22,9	16,6
Conoce	71,7	72,1	55	77,1	83,4
(N)	4850	1200	1250	1200	1200

Fonte: Latinobarómetro (tabela reelaborada)

Na tabela 2, a seguir, o Mercosul desponta com a organização internacional mais reconhecida pelas populações dos quatro países do Bloco, a frente inclusive da ONU quando a pergunta é “qual a organização que mais contribui para o desenvolvimento?”. Chama atenção, contudo, a grande quantidade de pessoas que declararam não saber a resposta, especialmente no Brasil:



Institución multilateral que más contribuye al desarrollo del país / 2015

	TOTAL %	País del estudio			
		Argentina	Brazil	Paraguay	Uruguay
MERCOSUR	26,4	30,8	14,9	23,8	36,7
BID (Banco Interamericano para el Desarrollo)	8,3	3,9	2,1	9,2	18,3
CAF (Banco de Desarrollo de América Latina)	0,5	0,6	0,6	0,6	0,2

OEA (Organización de Estados Americanos)	1	1,3	0,3	1	1,2
PNUD (Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo)	0,9	0,6	1	0,5	1,4
UNASUR	2,8	5,3	0,1	2,5	3,4
ONU	8	5,4	19,8	2	4,3
CELAC	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2
Alianza del Pacífico	0,1	0,2	0,2	0	0,1
Banco Mundial	6,1	4,5	6,6	7,6	5,8
Otros	0,4	0,4	0,8	0,5	0,1
Ninguno	6,2	7,2	3,8	11,1	2,6
No responde	2	0,9	4,1	2,4	0,8
No sabe	37,1	38,8	45,6	38,9	24,8
(N)	4850	1200	1250	1200	1200

Fonte: Latinobarómetro (reelaborada)

A última tabela, com dados da plataforma do *World Values Survey* – que não abrange o Paraguai -, traz valores relativos à confiança no Mercosul, escalonada em respostas como “um grande negócio”, “confio bastante”, “não confio muito”, “não confio”, “não respondeu” e “não sabe”. A tabela sugere uma apreciação negativa do Mercosul, especialmente no Brasil e na Argentina, na medida em que a opção “não confio muito” e “não confio” superam as demais. Os dados foram colhidos entre 2010 e 2014 e, extrapolando um pouco nossa interpretação, talvez reflitam justamente o momento de dificuldades econômicas que já começava a se mostrar naqueles anos e que redundaram na grave crise econômica que Brasil e Argentina atualmente enfrentam.

Tabela 3



World Values Survey / 2010-2014 Confidence: The MERCOSUR

	TOTAL %	Country		
		Argentina	Brazil	Uruguay
A great deal	5,9	7,8	3	8,1
Quite a lot	29,7	27,8	26,9	35,7
Not very much	26,2	36	19,7	25,7
None at all	19,9	14	25,3	18
No answer	1,7	3,2	1,2	1
Don't know	16,6	11,2	23,9	11,5
(N/1000)	3,516	1,03	1,486	1

Fonte: *World Values Survey* - reelaborada

Como sempre que lidamos com pesquisas de opinião, não se pode tomar as respostas como retratos fieis da realidade complexa e multifacetada de cada uma dessas populações. Nem é, certamente, a pretensão do Latinobarômetro e do *World Values Survey* apresentar respostas fechadas às nossas indagações. No entanto elas sugerem pistas para o problema mais amplo que nos propomos a perseguir nesta e outras pesquisas que estamos realizando: é possível construir uma alternativa regional para além das amarras do mercado? O presente artigo propõe-se a discutir uma das faces dessa problemática: qual é o lugar da memória e do patrimônio cultural na construção de um regionalismo mais amplo, duradouro, que envolva as populações dos países do bloco em termos afetivos?

O artigo é um primeiro desmembramento de minha pesquisa de doutorado, a ser apresentada em março de 2018. A tese versará sobre o lugar do Brasil na integração latinoamericana e, durante a pesquisa, chamou-me a atenção a ausência de mecanismos voltados a convencer a população brasileira da validade e da importância de uma integração regional solidária. O tema não pôde, contudo, compor o texto da tese por razões de tempo e de recorte temático. Aqui nesse espaço pretendo - partindo de documentos oficiais, de minha própria experiência profissional como servidora do Instituto Brasileiro de Museus, na construção e implementação dos documentos do Plano Nacional de Cultura e de algumas reflexões próprias e de autores que já se debruçaram sobre a temática – dar início a essa reflexão, sem esgotá-la. O artigo propõe-se a abrir um debate, expor algumas provocações, além de sugerir algumas saídas teóricas para a construção de políticas de promoção de laços duradouros entre os países do Mercosul, com vistas a engajar suas populações na defesa de seus princípios e de sua ampliação para outras dimensões além do mercado.

Memória e identidade nacional

“Não há cultura onde não há memória. Por sua vez, não há memória sem identidade. A memória é então o eixo ontológico da personalidade individual ou coletiva: a memória traduz os estados sociais da cultura grupal, nacional ou internacional” (BAÉZ, 2010). Em sua *História da Destruição Cultural da América Latina* Fernando Baéz aborda as políticas deliberadas de extirpação da memória dos povos pré-hispânicos e pré-lusos e sua substituição pela simbologia ibérica. Essa operação, ocorrida ao longo dos séculos de

saque e “colonização” moldou as novas sociedades que hoje conhecemos como “latinoamericanas”. O estudo de Baéz valida a tese de que a construção de memórias e sua sobreposição sobre outras, pré-existentes, é parte indissociável do processo de estruturação dos Estados e, podemos acrescentar, de consolidação do poder de determinada classe social.

Na fase das independências nacionais latinoamericanas, os nascentes Estados lançaram mão de suas próprias operações de fabricação da memória histórica ao valorizar determinados símbolos e elevar certas “heranças” do passado à categoria de constitutivas da “identidade nacional” ao mesmo tempo em que se processou o apagamento de outras. Como mostra José Murilo de Carvalho (2012), “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (p.11). Na obra citada, Carvalho revela as “batalhas simbólicas” entre as tendências ideológicas que disputaram os rumos da nascente República no Brasil, buscando tornar o regime não apenas aceito como também amado pela população. Houve operações semelhantes por toda a América Latina na esteira das independências e dos movimentos de unificação – por exemplo, da Federação Argentina – ou desmembramento dos Estados, como foi o caso da formação dos países da antiga Grã-Colômbia, da América Central ou mesmo do Uruguai.

No caso do Brasil, se a simbologia republicana, especialmente a positivista, desempenhou o papel de consolidação do novo regime e substituição da monarquia no imaginário popular, o modernismo ascendeu, desde a segunda década do século XX e, com mais capacidade de intervenção após a revolução de 1930, como sistema de ideias chave para a entrada na modernidade. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a partir do qual instituiu-se uma política de Estado de mapeamento e tombamento de construções e acervos considerados “constitutivos” da identidade da nação, deu início a uma nova fase em que coube a uma parcela da intelectualidade decidir qual memória histórica era ou não representativa do Brasil profundo. O barroco foi entendido como estética originária, princípio da identidade da nação e tudo o que era barroco ou “colonial” foi tombado, inventariado e protegido. Paralelamente, a arte acadêmica, identificada com a monarquia e com certo europeísmo, foi retirada de cena, voltando a ser valorizada e exposta nos museus apenas décadas mais tarde. A antropofagia tomou o lugar do evolucionismo: a nação apresentava-se então como síntese do que já estava, do que veio de fora e ainda viria. A descoberta da origem da nação possibilitou

uma operação de superação das histórias de saque e de esquecimento deliberado, apresentando ao imaginário nacional uma ideia de homogeneidade resultante da síntese.

Com isso não pretendemos reduzir os modernistas a essa concepção, bem identificada, aliás, no projeto de Mário de Andrade, durante a gestão de Gustavo Capanema na pasta da Educação, de criação e consolidação do SPHAN. O modernismo combinou a conservação com a invenção, especialmente em projetos mais radicais, como a de Oswald de Andrade, que buscava uma reformulação tanto estética quanto histórica, na medida em que se insurgia “contra as histórias do homem que começam no Cabo Finisterra¹”, demarcando uma posição de valorização da produção indígena que refutava os modos “doutos” e europeístas da intelectualidade nacional. Oswald insurgia-se inclusive “contra a memória, fonte do costume²”, reivindicando uma produção artística renovadora e alheia ao culto ao passado colonial.

No entanto o projeto que ganhou corpo e moldou políticas de Estado foi o da gestão Capanema. A valorização da “memória colonial”, síntese de culturas com preponderância da herança lusa. O “popular”, entendido como “folclore” – sobrevivências de um passado arcaico –, foi bem delimitado e diferenciado do “universal”. Os elementos típicos dos povos indígenas foram confinados ao terreno da etnografia. Mais tarde, com o desenvolvimento da Antropologia, ganhou lugar a valorização dos saberes e práticas das diversas etnias, porém estas permanecem “classificadas” como culturas residuais e assim são entendidas por grande parte da sociedade brasileira, o que se traduz nas insuficientes políticas de Estado para a questão indígena. Essa visão das heranças indígenas foi comum às políticas culturais dos Estados latinoamericanos, como mostra o estudo crítico de Edgar García Canclini (2013).

Nos últimos 15 anos, porém, essa visão homogênea da cultura “nacional” vem sendo questionada também na esfera das políticas estatais. O Plano Nacional de Cultura, tornado lei em dezembro de 2010 (Lei 12.343), construído a partir de um processo amplo e democrático, com a participação de coletivos de cultura de todas as partes do país em grandes conferências nacionais, procurou superar a visão homogeneizante pelo reconhecimento da heterogeneidade cultural, invertendo, ao menos em parte, o resultado da antiga tensão entre homogeneidade e heterogeneidade. O Plano, embora apresente

¹ Oswald de Andrade: *Manifesto Antropófago*, maio de 1928.

² Idem.

ainda grandes lacunas, renova o entendimento do Estado brasileiro sobre o conceito de Cultura e fixa a ideia de “nação” na complexidade e não mais na busca de uma totalidade inventada. Nessa esteira passou-se a valorizar a noção de “patrimônio imaterial”, no qual os saberes e fazeres tradicionais passaram a ser entendidos como constitutivos dessa identidade complexa que constitui o “nacional”. Instituiu-se a política de inventariamento e registro das práticas de quilombolas, pescadores, catadores e demais comunidades que até então entendidas como residuais, simples sobrevivências arcaicas que resistiam ao processo de modernização. Descobriu-se que a culinária, as diversas danças, músicas e celebrações que marcam a heterogeneidade do povo podem ser ativos econômicos, na medida em que potencializam a exploração turística das práticas culturais e das paisagens resultantes da interação entre grupos tradicionais e ambiente. Paralelamente, os saberes do povo a respeito do uso das plantas e animais em sua alimentação e tratamentos para diversos males passaram a despertar a cobiça internacional, na medida em que são a chave para a exploração da indústria farmacêutica e da biotecnologia. Em resumo, o Brasil descobriu em sua diversidade um grande potencial, o que se refletiu, diretamente, na formatação do Plano Nacional de Cultura, desmembrado em planos setoriais (de museus, bibliotecas, cinema, teatro, música, dança, circo etc.), de maneira a possibilitar a atuação multifacetada do Estado e a criação de novas fontes salvaguarda ou fomento.

A ideia de salvaguarda ou de conservação também ganhou novos contornos. No campo da museologia, especialmente, a concepção de memória e patrimônio transformou-se a partir da museologia social, em que a ideia de “guardar” objetos para preservar a memória foi intensamente questionada. Melhor do que guardar os objetos ou expô-los em locais suntuosos que os retiram do uso e os tornam estranhos a seus próprios criadores, a museologia social passou a enfatizar as comunidades como reais portadoras e promotoras da memória social. Por meio do programa “Pontos de Memória” algumas comunidades foram estimuladas a resgatar suas histórias e registrá-las em grandes rodas de conversa, na construção de museus comunitários, cuja organização do acervo envolvia o conjunto da comunidade. Verificou-se que a partir da valorização da memória, as comunidades se fortalecem e passam a ser impulsionadoras de alternativas de seu próprio desenvolvimento social e econômico.

É claro que o Brasil não deixou de ter museus tradicionais, que cumprem também um papel de resgate, conservação e comunicação pedagógica das memórias históricas, porém hoje há um grande debate em torno dessa comunicação dos acervos e da formação

das equipes de educadores e educadoras dos museus para que possam pensar criticamente os acervos e estimular novas apropriações, especialmente a partir do processo de construção da Política Nacional de Museus, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus e com a participação das Redes de Educadores e Educadoras em Museus de diversos Estados brasileiros. A PNEM, lançada em 2014, reúne os resultados de um processo democrático de consultas e construção coletiva das diretrizes e busca aliar o trabalho cotidiano da educação em instituições museais com a necessária autorreflexão do campo em torno do que é comunicado aos visitantes dos museus. O que é dito e o que é exposto nos museus reflete concepções de memória e de patrimônio, o que confere ao setor imensas potencialidades de contribuição à construção, à reconstrução e ao questionamento das memórias coletivas que constituem o imaginário nacional.

Construindo pontes

Havia um mito, quando ainda pouco se conhecia das terras sulamericanas, que o Brasil estaria localizado em uma espécie de ilha fluviomarítima, tendo a leste o Oceano Atlântico e a oeste um grande volume de rios que o isolariam do restante do continente. Esse mito não resistiu às entradas e bandeiras, porém metaforicamente ele expressa o posicionamento brasileiro no continente. Uma ilha de língua portuguesa, cercada de países hispano-americanos por todos os lados, com as quais bastariam os contatos esporádicos garantes de boas relações de vizinhança.

Certa corrente geopolítica foi mais além dessa ideia de ilha, traçando estratégias de domínio de uma *heartland* sulamericana, que garantiria ao Brasil a posição de potência continental, politicamente autônoma e militarmente dominante em relação aos países vizinhos. Em razão de orientações desta monta o Brasil resistiu, por décadas, a lançar-se em projetos de aproximação política e econômica com os demais países sulamericanos, preferindo orientar-se, por vezes, por um universalismo autonomista ou por um alinhamento à maior potência do hemisfério – os EUA – a quem caberiam as grandes iniciativas continentais.

Não é coincidência, portanto, que os currículos escolares brasileiros dão às histórias dos países da América peso menor do que o conferido à história europeia. Sabe-se mais sobre os antigos gregos do que sobre a formação nacional do Chile, do Uruguai ou da Colômbia. Os museus históricos, quando abordam alguma temática relativa à história do continente, fixam-se nos conflitos, especialmente na guerra contra o Paraguai,

da qual há um considerável acervo – entre canhões, armamentos diversos, documentos, pinturas etc. – no Museu Histórico Nacional.

Uma tentativa fora desse padrão foi feita pelo então Ministro da Cultura, Juca Ferreira, quando demandou ao Conselho Consultivo do Patrimônio, debate a respeito da devolução de um troféu de guerra ao Paraguai – o canhão El Cristiano – na ocasião do bicentenário da independência daquele país. O ministro brasileiro fizera essa proposta³ após tratativas com seu par paraguaio, Ticio Escobar, a margem de reuniões do MERCOSUL. A devolução do canhão, tombado e catalogado na coleção do Museu Histórico Nacional, poderia ser feita por decisão presidencial, com a revogação do decreto de tombamento, mas não foi adiante por um somatório de razões que não discutiremos aqui por razões de espaço. O que nos leva a evocar esse episódio é o seu simbolismo: ele mostra uma vontade de Estado absolutamente oposta àquela que fez do canhão um troféu de guerra. Uma vontade emanada do mesmo bloco político que dirigia o Estado brasileiro e promovera a construção democrática do Plano Nacional de Cultura e que apostava na formação de espaços diversos de interlocução entre o Brasil e seus vizinhos sul e latinoamericanos, com o próprio Mercosul, mas também a UNASUL e a CELAC. Uma visão que, apesar das limitações, levava adiante um projeto radical de integração, apostando na superação das disparidades – com a criação do FOCEM e a ampliação das obras de infraestrutura e integração física – e da antiga visão de “potência regional”, na medida em que buscou, ao participar da construção do Conselho Militar da UNASUL, inaugurar uma nova fase de colaboração no aspecto da defesa, sem a participação dos EUA – com sua Escola das Américas, de onde saíram todos os oficiais envolvidos nos golpes de Estado dos anos 60/70.

Essa concepção de integração, interrompida com o golpe de Estado de 2015 no Brasil, fundamentava-se na construção de pontes – físicas e imaginárias – entre a “ilha” Brasil e a América do Sul. Como aponta Chagas (2003), museus podem desempenhar o papel de “pontes”. É assim que ele enxerga, por exemplo, o projeto de Gustavo Barroso para o Museu Histórico Nacional: teria sido concebido como ponte entre a monarquia e a república, traçando uma continuidade entre dois momentos históricos e superando a ideia

³ Já tratamos este tema em comunicação apresentada à 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em São Paulo (2012). A comunicação, denominada “*Brasileiro ou Paraguai? O caso do canhão El Cristiano e a repatriação de bens culturais*” é de autoria de Nicole Isabel dos Reis e Rita Matos Coitinho

de ruptura. Museus, lugares de memória e políticas culturais podem servir como pontes também entre países e contribuir para reduzir distâncias.

Algumas dessas pontes imaginárias parecem mais sólidas, como as bienais (como a Vento Sul, que ocorre no Paraná, e a “Bienal do Mercosul”) e os festivais de cinema do Mercosul e a RECAM, os acordos de cooperação acadêmica e a construção da UNILA. Mas são ainda poucas. O ensino de espanhol nas escolas brasileiras, por exemplo, foi tornado obrigatório, o que é um dos primeiros frutos culturais do Mercosul, mas não se aprofunda na difusão da cultura e da simbologia dos países latinoamericanos de língua espanhola, como acontece com o ensino do inglês. No Brasil das últimas duas décadas a multiplicação das escolas de inglês e a valorização do ensino desta língua nas escolas trouxe consigo o fenômeno da reprodução de costumes, como as festas de *Halloween* para crianças e adolescentes, antes restritas às escolas de língua e agora cada vez mais popularizadas entre as famílias de classe média e alta. Não se observa entre os jovens brasileiros o mesmo nível de identificação com os países vizinhos, de língua espanhola. A penetração da cultura anglófona, tanto pelo ensino da língua como pela popularização dos produtos culturais é parte do tripé que garante a hegemonia dos EUA sobre a política, a economia e os costumes desde o pós-guerra, como demonstrou Ianni (1974 e 1998).

A produção cinematográfica poderia ser crucial nessa “batalha cultural” entre a construção de um imaginário sulamericano e outro, identificado com a produção cultural de massa dos EUA e que já é hegemônico, na medida em que domina a programação das TVs abertas e por assinatura, bem como as salas de cinema, e mesmo os gostos e atitudes de um setor da população – justamente o que tem mais acesso a esses bens culturais. Seria preciso que a política de quotas de tela para produção nacional (fixada em 10% da programação dos canais de TV) fosse ampliada para a produção cinematográfica do Mercosul, o que certamente traria pressões dos produtores estadunidenses no âmbito da Organização Mundial do Comércio – uma vez que os EUA entendem os produtos culturais e serviços como “produtos”, que deveriam estar sujeitos ao mesmo tratamento de parafusos e computadores – mas que encontra apoio na Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais – UNESCO, 2005 -, que promove parcerias de âmbito regional e internacional para a promoção da diversidade cultural e reconhece que países em desenvolvimento devem ter tratamento especial do que tange à comercialização de bens e produtos culturais.

As bienais de artes visuais, os festivais de dança e teatro que já ocorrem, são iniciativas importantes, mas ainda não têm a penetração no público mais amplo, como acontece com o cinema e a televisão. Precisariam ser ampliados e popularizados, ocorrendo em um número maior de cidades e promovendo o envolvimento das comunidades, escolas e universidades. Os museus históricos brasileiros, peças-chave na consolidação do imaginário nacional, poderiam ser provocados a construir coleções e olhares sobre as coleções já existentes que evoquem um Brasil sulamericano, que problematizem a inserção do país do continente e que aproximem afetivamente os povos da região. Ao invés de simplesmente expor troféus militares sobre a Guerra do Paraguai, por que não provocar reflexões sobre nossa memória comum, promovendo exposições sobre coisas esquecidas, como a colaboração “secreta” do Brasil com a Argentina na Guerra das Malvinas – algo que quase ninguém sabe – e sobre o tempo em que, como diz a música, “o Brasil foi Paraguai” e também falava-se guarani?

Para viabilizar um movimento desta envergadura, seria necessário o envolvimento de atores estatais e privados, de modo a garantir o financiamento das produções, sua distribuição e divulgação. A cooperação científica, embora exista, carece de incentivos, especialmente financeiros, para a realização de congressos, simpósios e, a exemplo do programa ERASMUS da União Europeia, a intensificação dos programas de intercâmbio para jovens estudantes universitários.

Todas essas possibilidades dependem amplamente de decisões no âmbito do Estado. O primeiro passo seria a inclusão, no Plano Nacional de Cultura, de diretrizes voltadas à cooperação cultural no âmbito regional e a formatação de mecanismos de intersecção entre as ações no âmbito da cultura e o Plano Nacional de Educação e os documentos de diretrizes curriculares dos diversos níveis de ensino, ampliando a carga de ensino de língua e cultura hispanoamericana, literatura, artes e história e geografia da América Latina. Da mesma maneira, o ensino da língua portuguesa, literatura, artes e história do Brasil precisaria ser promovido nos países vizinhos, contando com recursos e acordos educacionais. Seriam os primeiros passos para que os brasileiros deixassem de se perceber como habitantes de uma ilha em terras sul americanas e passassem a defender o regionalismo dos seus próprios governos, quando hostis à integração.

A afirmação de Hugo Achugar, com a qual abrimos este artigo, permanece: “ou inventamos e integramos, ou erramos”. Na medida em que não inventamos e não fomos capazes de construir um imaginário “sul americano” comum aos países da região como

ocorreu com as nascentes repúblicas, padecemos de um eterno recomeçar. Ou, para resgatarmos outro pensador latinoamericano, José Carlos Mariátegui, que no ensaio *O homem e o Mito*, de 1925, ressentia-se da falta de imaginação criadora das elites peruanas: se não conseguimos pensar além do que já temos, ou se não conseguimos almejar mais do que manter a estabilidade do que aí está, também nós sofremos de uma imensa falta de imaginação. A integração para além do mercado é ainda um projeto e, como tal, carece de invenção e imaginação – matéria prima de uma política cultural libertadora.

Referências e bibliografia:

ACHUGAR, H. (1994). A Política Cultural no Mercosul. *Estudos Avançados*, 20, 215-229.

ÁLVAREZ, C. (2008). *Diversidade Cultural e livre-comércio: antagonismo ou oportunidade?* Brasília: UNESCO, IRBr.

BAÉZ, Fernando. (2010). *A História da Destruição Cultural da América Latina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CANCLINI, N. (2013). *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP.

CARVALHO J. (2012). *A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Chagas, Mário (2003). *Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. UERJ (tese de doutorado) PPCIS.

IANNI, Octávio (1974). *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IANNI, Octávio (1998). *Imperialismo y Cultura de la Violência em América Latina*. México: Siglo XXI.

Ministério da Cultura (2013). *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: Imprensa Nacional.